ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Teresina
FMS - Fundação Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 523/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00045.018343/2024-42

CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 045/2026

DECORRENTE DE PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, PARA CREDENCIAMENTO AO SUS, HABILITADOS PELO MS CADASTRADOS NO SCNES PARA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTA, EXAMES E CIRURGIAS NAS ESPECIALIDADES ANGIOLOGIA, CARDIOLOGIA, CIRURGIA CARDIOVASCULAR E CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA , A FIM DE ATENDER A DEMANDA ABRANGENDO NEONATOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS EXISTENTE NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS/TERESINA.**

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, integrante da administração indireta do Município de Teresina, inscrita no CNPJ nº 05.522.917/0001-70, com sede na rua Governador Artur de Vasconcelos, 3015 – Primavera em Teresina, doravante chamado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Presidente, **LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA**, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **CENTRO HOSPITALAR E MATERNIDADE SANTA FÉ LTDA**, CNPJ n.º **07.481.906/0001-14**, localizada na Rua 1º de Maio, nº 906 Norte, Bairro Marquês de Paranaguá, Teresina – PI, CEP 64.002-510, representada por **TÂNIA MARIA SAMPAIO DE ARAÚJO**, doravante denominada **CONTRATADA/MANTIDA**, tendo em vista o contido no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 45/2026 - FMS, no Processo nº 00045.018343/2024-42, no que dispõe a Constituição Federal em especial o artigo 196 da Seção II Da Saúde; na Lei nº 8.080/90, na Lei Federal n.º 14.133/21, na Portaria MS nº 1.119 de 23 de julho de 2018 e demais disposições legais e regulamentares aplicadas à espécie, resolvem celebrar o presente contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTA, EXAMES E CIRURGIAS NAS ESPECIALIDADES ANGIOLOGIA, CARDIOLOGIA, CIRURGIA CARDIOVASCULAR E CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA , A FIM DE ATENDER A DEMANDA ABRANGENDO NEONATOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS EXISTENTE NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS/TERESINA,** de acordo com o Sistema de Gerenciamento da Tabela SIGTAP, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica de direito privado com ou sem fins lucrativos, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTA, EXAMES E CIRURGIAS NAS ESPECIALIDADES ANGIOLOGIA, CARDIOLOGIA, CIRURGIA CARDIOVASCULAR E CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA, A FIM DE ATENDER A DEMANDA ABRANGENDO NEONATOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS EXISTENTE NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS/TERESINA** e a de outros que para a Fundação Municipal de Saúde sejam referenciados, de forma eletiva.

CENTRO HOSPITALAR E MATERNIDADE SANTA FÉ LTDA	**CNPJ**	07.481.906/0001-14
Rua 1º de Maio, nº 906 Norte, Bairro Marquês de Paranaguá, Teresina – PI, CEP 64.002-510	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL**	0344656
RESPONSÁVEL LEGAL TÂNIA MARIA SAMPAIO DE ARAÚJO	**FONE** **EMAIL**	(86)2106.8400 contabilidade@clinicasantafe.com.br

ITEM	CÓDIGO/PROCEDIMENTO	VALOR	CÓD BEM CATSERV	QUANTID. MENSAL	QUANTID. ANUAL	TOTAL MENSAL (R$)	TOTAL ANUAL (R$)
9	02.11.02.003-6 - ELETROCARDIOGRAMA	R$ 5,15	6491	36	432	R$ 185,40	R$ 2.224,80
13	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (Médico cardiologista – CBO 225120)	R$ 10,00	6068	100	1200	R$ 1.000,00	R$ 12.000,00
	TOTAL					**R$ 1.185,40**	**R$ 14.224,80**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, segue justificativa para no Anexo Doc. SEI 14163285;

2.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, ficando condicionada a aceitação dos valores praticados pela Tabela SIGTAP, manutenção do cadastro atualizado junto ao CNES e habilitação junto ao Ministério da Saúde pela contratada;

CLÁUSULA TERCEIRA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

3.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº14.133, de 2021.

3.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

3.3. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

3.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇO

4.1. Os preços inicialmente contratados obedecem aos valores tabelados pela Tabela de Procedimentos SIGTAP, podendo sofrer reajustes a qualquer momento tanto para acréscimos como supressões de valor.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1.A indicação da dotação orçamentária apresentada é oriunda do Planejamento Governamental e do Plano Plurianual - PPA 2026-2029, com previsão de receitas definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício 2026.

5.2.A "Dotação Orçamentária", conforme MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª ed., Portaria MF/STN nº 448/2002, Instrução Normativa TCE/PI Nº 03/2022 (Fonte de Recursos), e Portaria MS/GM Nº 828/2020 (Transferências Federais de Recursos da Saúde).

Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Saúde.

Ação Programática: 1. 941 - Incremento Temporário do Custeio dos Serviços da Média e Alta Complexidade - Emenda Parlamentar MAC (condicionado à liberação de repasses pelo FNS).

Ação Programática: 4. 083 - Procedimentos da Média e Alta Complexidade - Rede Credenciada

Ação Programática: 4. 084 - Procedimentos MAC - FAEC - Rede Credenciada.

Fontes de Recursos:

1600115 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO

6.1. Consideram-se integrantes da contratação o Termo de Referência, o Edital de Credenciamento, o Contrato e a Carta de Apresentação da Documentação da CONTRATADA, todos os anexos mencionados acostados no Edital de Credenciamento, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

CLÁUSULA SÉTIMA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Após assinatura do documento contratual e habilitação junto ao Ministério da Saúde - MS nos casos dos serviços que necessite de tal requisito, o estabelecimento de saúde deverá encaminhar via processo eletrônico SEI a agenda de atendimentos informando os dias, horários e quantidades para fins de agendamento de consultas e exames médicos;

7.1.2. O usuário do SUS Municipal que venha a necessitar dos atendimentos ora contratados, comparecerão ao estabelecimento de saúde portando a guia de consulta e/ou exame devidamente agendado através do Sistema de agendamento de consulta e exames Gestor Saúde e documento com foto;

7.1.3. O estabelecimento deverá no momento do atendimento acessar o sistema de agendamento de consulta e exames e confirmar o comparecimento do paciente;

7.1.4. Havendo indicativo de necessidade de cirurgia, o profissional preencherá a Guia de Autorização de Internação Hospitalar-AIH e o paciente deverá comparecer ao nosocômio em data determinada pelo cirurgião para realização do procedimento;

7.1.5. O estabelecimento realizará a solicitação da AIH junto ao Sistema de regulação hospitalar, disponibilizado pela FMS;

7.1.6. Nos casos dos pacientes internados, será feita a regulação intra-hospitalar por meio do NIR – Núcleo Interno de Regulação. O sistema regulação emite um número de autorização da regulação e quando o paciente é admitido no Hospital é fornecido o número da AIH- Autorização de Internação Hospitalar; O faturamento da AIH é realizado através do SIH – Sistema de Internação Hospitalar; .

7.1.7. Com relação aos atendimentos ambulatorial os estabelecimentos deverão enviar à DRCAA (Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria), através de endereço eletrônico a produção até o 10º (décimo) dia útil de cada mês para fins de processamento e a produção física para conferência pelo setor responsável;

7.1.8. O período de envio da produção para processamento dos serviços hospitalar ocorrem a partir do 2º (segundo) dia útil, sendo passível de prorrogação até o dia 18º (décimo oitavo) dia útil, tendo em vista que a data para finalização do processamento da produção do Sistema de Informação Hospitalar-SIH mensal é determinada pela data em que são disponibilizados dos arquivos do SCNES – Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (*txt) e a versão do sistema do DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde.

7.1.9. Início da execução do objeto: imediatamente após a assinatura do contrato e implantação das escalas de atendimento no Sistema de Agendamento de Consultas e Exames;

7.1.10. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a). Os serviços serão executados mediante agendamento do dia, hora, local determinados, com o fornecimento de preparos, orientações para a execução do procedimento.

b). Os serviços serão prestados aos usuários do Sistema de Saúde nas instalações do prestador de serviço, em localização a ser especificada na proposta de credenciamento, devendo estar localizada obrigatoriamente no âmbito do Município de Teresina/PI.

c). Para a execução dos serviços, a empresa deverá disponibilizar profissionais cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) pertencentes às categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de

Ocupações – CBO.

d) . É imprescidível a formalização de Memorial Descritivo-MD para fins de assinatura do contrato, e cada (02) dois anos deve ser apresentado novo MD;

e) O acesso dos usuários aos serviços do SUS se faz preferencialmente pelas unidades básicas de saúde, considerando a rede assistencial de saúde do Município e/ou rede hospitalar quando tratar-se de transferência intra-hospitalar;

f) O encaminhamento e o atendimento ao usuário é realizado de acordo com as regras estabelecidas pela guia de referência e contra referência, e mediante autorização prévia da Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (DRCAA).

g). Os protocolos técnicos de atendimentos adotados terão como referência os estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelos gestores estaduais e municipais, assim como os fluxos de encaminhamento;

h) O atendimento acontece com o ato de acolhimento do paciente, seguido da prestação dos serviços contratados e será efetuado mediante a apresentação de uma das guias abaixo relacionadas com sua respectiva autorização, dependo do tipo de atendimento que será prestado:

(1) Guia de Consulta Especializada;

(2) Requisição de exames;

(3) Boletim de produção individualizado - BPAI

(4) Autorização de Procedimentos de Alto Custo/Complexidade –APAC

(5) Autorização de Internação Hospitalar - AIH,

i) O prestador do serviço colocará à disposição dos beneficiários do Sistema de Saúde do Município de Teresina/PI todos os recursos necessários ao atendimento dos procedimentos e serviços previstos no Contrato, não diferenciando dos demais pacientes atendidos, sejam particulares ou não, priorizando as pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário;

j) . Para os procedimentos em que sejam requeridos habilitação, está deve obrigatoriamente constar na aba de habilitações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) da credenciada

7.2. Local e horário da prestação dos serviços

7.2.1. Os serviços serão prestados nos endereços das CONTRATADAS.

7.2.2. Os serviços serão prestados nos horários de funcionamento de cada estabelecimento;

7.3. Rotinas a serem cumpridas

7.3.1. O estabelecimento deverá manter atualizado o registro junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde:

7.3.2.Registrar diariamente e/ou semanalmente no Sistema de agendamento de consultas e exames (Sistema Gestor Saúde) os procedimentos/atendimentos realizados atestando o comparecimento ou não do usuário do SUS na data da realização da consulta especializada ou do exame;

7.3.3. Obedecer aos protocolos técnicos de atendimentos adotados estabelecidos pelo Ministério da Saúde, e pelos gestores estaduais e municipais, assim como os fluxos de encaminhamento;

7.3.4.As rotinas e normas devem abordar todos os processos envolvidos na assistência e administração e contemplar os seguintes itens:

1) Manutenção preventiva e corretiva de materiais e equipamentos;

2) Avaliação dos pacientes

3) Indicação do procedimento cirúrgico;

4) Protocolos médico-cirúrgicos;

5) Protocolos de enfermagem;

6) Suporte nutricional;

7) Controle de Infecção Hospitalar;

8) Acompanhamento ambulatorial dos pacientes;

9) Tecnovigilância nas complicações de implantes, que envolva remoção da prótese

10) Avaliação de satisfação do cliente;

11) Escala dos profissionais em sobreaviso, das referências interinstitucional e dos serviços terceirizados

7.3.5. Materiais a serem disponibilizados

7.3.5.1.Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas pelos órgãos competentes promovendo sua substituição quando necessário:

7.3.6. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

7.3.6.1.As propostas/ofertas dos procedimentos devem ser compatíveis com as quantidades descritas nas planilhas acima e obedecer aos valores praticados pela Tabela SIGTAP, a capacidade instalada de cada estabelecimento de saúde e com relação aos procedimentos que necessitam de habilitação prévia junto ao Ministério da Saúde devem estar atentos as normas preconizadas na Portaria MS/SAS Nº 210, de 15 de junho de 2004 e outras correlatas;

7.3.6.2. Para os procedimentos em que seja requerida habilitação perante o Ministério da Saúde, esta deve ser providenciada previamente pela credenciada, devendo obrigatoriamente constar na aba de habilitações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) da credenciada.

7.3.7. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.3.7.1.O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.3.8. Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.3.8.1.Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.8.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante deve:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência.

9.1.2. Certificar-se de que as consultas e exames estão sendo respeitados os dias de agendamento, mediante o a confirmação da prestação do atendimento pelo prestador junto ao Sistema de agendamento de consultas e exames (Sistema Gestor Saúde);

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre denúncias, reclamações ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

9.1.8. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações por parte do Contratado, inclusive com a abertura do devido processo administrativo com fins de apuração;

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10. A Administração terá o prazo 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos , assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Comunicar ao contratante, com pelo menos 30 (trinta) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n. º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

2) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n. º 14.133, de 2021);

10.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n. º 14.133, de 2021);

10.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato e seus anexos.

10.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.1.22. Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

10.1.23. Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

10.1.24. Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

10.1.25. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc;

10.1.26.Observar a integralidade do cuidado e da conclusão dos fluxos assistenciais pactuados;

10.1.27. Garantir atendimento de qualidade e informação clara e acessível ao paciente;

10.1.28. Promover a avaliação do usuário em conjunto com a documentação de produção do estabelecimento;

10.1.29. Comunicar toda alteração no quadro societário da contratada, visto que e vedada à participação de servidores públicos do município de Teresina no quadro societário da contratada, nos termos do Art.129, IX, da Lei Nº 2.138, de 21 de Julho de 1992 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DOCUMENTO DESCRITIVO CONTRATUAL

11.1. O Documento Descritivo a ser elaborado entre as partes fará parte integrante deste contrato e condição de sua eficácia deverá ser executado de acordo com o nele previsto.

11.2. O Documento Descritivo deverá conter:

I. A identificação completa do contratado.

II. Todas as ações e serviços de saúde, nas áreas de assistência e gestão, objeto deste contrato;

III. Definição da programação de atendimentos ambulatoriais e/ou hospitalares, com os seus quantitativos e fluxos de regulação;

IV. Metas e Indicadores qualitativos e quantitativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

12.1. A CONTRATADA é responsável pela indenização por dano causado ao usuário do SUS, aos órgãos do SUS e a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ato ou omissão, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso, quando cabível.

Parágrafo Primeiro

A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente à Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo

A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços, nos estritos termos do Art. 14 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito no **Banco do Brasil**, agência e conta corrente do contratado.

13.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

13.3. Cópia legível do empenho;

13.4. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto ou serviço à CONTRATANTE, sanadas as irregularidades constatadas.

13.5. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

13.6. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

13.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

13.8. Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

13.9. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215-7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br;

13.10. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

13.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

13.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.13. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.14. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.16. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

13.18. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

13.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.20. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, nem seja por atraso do repassse financeiro pelo Ministério da Saúde, e nem por problemas de processamento motivados pelas versões dos sistemas disponibilizados pelo DATASUS – Departamento de Informática do SUS, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP

= Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

13.22. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento *parcial ou total.*

13.23. O pagamento do quantitativo de exames/procedimentos realizados será feito após análise do setor de revisão de contas ou análise similar, visando à conferência do pagamento solicitado pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VISTORIA

14.1. A Vistoria do local de execução dos serviços será realizada sempre que a FMS considerar necessária, devendo ser acompanhada por servidor designado para esse fim.

14.2. Serão previamente definidos e informados aos interessados, data e horário para a realização da vistoria prévia.

14.3. Por ocasião da vistoria será emitida um relatório de Vistoria, sendo facultado a equipe de vistoria da FMS solicitar algum documento extra caso seja necessário.

14.4. A FMS poderá substituir a vistoria mencionada por uma declaração formal, desde que o setor técnico ateste a viabilidade dessa substituição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1. A inobservância pelo contratado de cláusula ou obrigação constante deste instrumento, ou de dever originado de norma legal, ou regulamentado pertinente, autorizará o contratante, garantida a prévia defesa a aplicar em cada caso, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, legislação local correlata e Portaria FMS nº 123/2019, assim discriminadas:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

V. Suspensão temporária do seu credenciamento;

VI. Descredenciamento.

Parágrafo Primeiro

O órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I. Pedido formalizado pelo credenciado;

II. Perda das condições de habilitação do credenciado;

III. Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV. Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

a) O pedido de descredenciamento de que trata no inciso I, não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

b) . Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

c) . Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

d). Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

Parágrafo Segundo

As sanções serão aplicadas levando em conta a sua gravidade e seguir-se-á os procedimentos e demais regras estabelecidas na Portaria FMS nº 123/2019.

Parágrafo Terceiro

A aplicação das penalidades independe da rescisão do contrato, o que poderá vir ou não a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO

16.1. O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com os artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133/21

Unilateralmente e por escrito pelo **CONTRATANTE**, nos casos de descumprimento pelo **CONTRATADO** das condições pactuadas, e, ainda, na forma dos nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX do artigo 137, da Lei 14.133/21;

II. Por acordo amigável entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Gestor do SUS.

III.Por iniciativa das partes na via administrativa ou judicial, nos casos enumerados no inciso II, parágrafo 1º do Artigo 138, da Lei Federal no 14.133/21, desde que não haja culpa da **CONTRATADA** nesta hipótese.

Parágrafo Único.

Em caso de rescisão do presente contrato por iniciativa da **CONTRATANTE**, não caberá à **CONTRATADA** direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

17.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo Único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO GESTOR E SUPLENTE

18.1. Ficam designados, como gestor e suplente do Contrato, os servidores: Gestor: GETÚLIO PORTELA LEAL, matrícula nº: 29.520, Suplente: SUYÁ MOURA MENDES ALENCAR, matrícula: nº 66.059.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

19.1.Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual nas contratações públicas é facultativa, ficando a critério da autoridade competente e condicionada à previsão expressa no edital, bem como à análise da complexidade técnica, do risco envolvido na contratação e do custo administrativo decorrente da exigência.

19.2. No presente caso, trata-se de prestação de serviços nas especialidades de angiologia, cardiologia, cirurgia cardiovascular e cardiologia intervencionista por meio credenciamento, disponíveis no mercado e com risco reduzido de inadimplemento, considerando a natureza do objeto e o seu fornecimento de forma imediata e integral.

19.3.Ressalta-se que o risco de descumprimento contratual pode ser mitigado por outros meios de controle que serão previstos no edital e no contrato, como o pagamento apenas após a prestação do serviço e sua aceitação definitiva, bem como a aplicação das sanções contratuais cabíveis em caso de inadimplemento.

19.4. Diante do exposto, não se recomenda a exigência de garantia contratual para a presente aquisição, por se tratar de contratação de objeto padronizado e disponível, o que está plenamente respaldado pelo disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD - NA RELAÇÃO CONTROLADOR/CONTRATANTE E OPERADOR/CONTRATADO

Paragráfo Primeiro

Para fins deste contrato são considerados:

I. DADOS PESSOAIS: qualquer informação relativa a uma pessoa natural (TITULAR DE DADOS) que é capaz de identificá-la de forma direta ou indireta, como por exemplo um nome, número de CPF e RG, endereço residencial, dados de localização, ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social de uma pessoa.

II. DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

III. TRATAMENTO: qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

IV. CONTROLADOR: parte que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

V. OPERADOR: parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do CONTROLADOR.

VI.AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

Paragráfo Segundo

DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES

Esta cláusula aplica-se ao tratamento de dados pessoais e sensíveis, dentro do âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, pelo OPERADOR em nome do CONTROLADOR.

Para os propósitos deste contrato, as partes supram qualificadas, concordam que a CONTRATANTE é o CONTROLADOR dos dados pessoais e a CONTRATADA é o OPERADOR de tais dados, dentro da relação negocial entre as partes.

As PARTES declaram ter conhecimento da Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD") e das demais legislações vigentes sobre Proteção de dados pessoais, e se comprometem e garantem que cumprem com todas as obrigações legais e contratuais relacionadas às Operações de Tratamento de Dados Pessoais e à proteção, sigilo e privacidade de Dados.

Pessoais e sensíveis, adotando as medidas técnicas e administrativas cabíveis visando sua conformidade com a privacidade, exigindo de seus colaboradores; prestadores de serviços e fornecedores o mesmo nível aceitável de segurança da informação e confidencialidade, com base nas melhores práticas de mercado.

Os dados pessoais a serem compartilhados e tratados no âmbito do presente contrato são: a. Dados pessoais: Nome completo, data de nascimento, sexo, cor, nome da mãe, nome do pai, identidade, CPF, Cartão Nacional de Saúde, estado

civil, nome do cônjuge, endereço completo, telefone e e-mail. b) Dados pessoais sensíveis: Dados relacionados à saúde dos TITULARES DE DADOS, exclusivamente para a finalidade específica de prestação de serviço médicos, tendo como base legal a tutela da saúde dos TITULARES DE DADOS, em procedimentos realizados por serviços de saúde (Art. 11, II, f, LGPD), prevenindo e evitando seu uso para quaisquer outros fins não previstos ou por terceiro não autorizado.

Em caso de qualquer dúvida, por parte do TITULAR DE DADOS Pessoais, em relação às disposições sobre o tratamento de DADOS PESSOAIS realizado, a Política de Privacidade das PARTES deverá ser consultada, ou, ainda, poderá ser feito contato direto mediante canais de atendimento disponibilizados.

Paragráfo Terceiro

OBRIGAÇÕES DO CONTROLADOR/CONTRATANTE

O CONTROLADOR/CONTRATANTE deve:

I. Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar e demonstrar que o tratamento é realizado de acordo com a LGPD. Essas medidas devem ser revistas e atualizadas sempre que necessário.

II. Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir que, somente os dados pessoais necessários para cada propósito específico sejam tratados. Essa obrigação se aplica à quantidade de dados pessoais coletados, à extensão do tratamento, ao período de armazenamento e à acessibilidade, sempre observando os princípios e fundamentos da LGPD.

III. Orientar ao OPERADOR, quanto às medidas e limites para o tratamento de dados pessoais, a fim de garantir que o tratamento seja realizado dentro dos padrões técnicos e legais, garantindo a proteção dos dados pessoais tratados pelas partes.

Parágrafo Quarto

OBRIGAÇÕES DO OPERADOR/CONTRATADO

O OPERADOR/CONTRATADO deve:

I.Tratar os dados pessoais somente de acordo com as instruções documentadas do CONTROLADOR/CONTRATANTE.

Tratar apenas os dados pessoais e dados pessoais sensíveis estritamente necessários para atendimento da finalidade/objeto expressamente previsto neste contrato e em observância das regras específicas previstas na Lei nº 13.709/1918 ("LGPD").

I. É vedado ao OPERADOR/CONTRATADO a realização de imagens dos pacientes sem seu respectivo consentimento, sob pena de rescisão do presente instrumento contratual, bem como ressarcimento de todo e qualquer eventual prejuízo sofrido pelo CONTROLADOR/CONTRATANTE, incluindo multas, condenações judiciais, honorários advocatícios e demais penalidades pecuniárias previstas pela legislação vigente.

II. Manter o sigilo absoluto de todas as informações e dados pessoais a que tenham acesso e garantir que as pessoas autorizadas para o tratamento dos dados pessoais estejam comprometidas com a confidencialidade, em razão da função ou estão sob obrigação contratual.

III.Adotar todas as ações necessárias para implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco aos direitos e liberdades das pessoas.

IV. Respeitar as condições de contratação de terceiros, sendo que o OPERADOR/CONTRATADO não pode contratar outro OPERADOR (Sub Operador) para processamento de dados sem a prévia autorização do CONTROLADOR/CONTRATANTE. Em caso de requisição de titulares, fica à cargo do CONTROLADOR/CONTRATANTE responder ao titular de dados pessoais, devendo o OPERADOR/CONTRATADO (i) se abster de responder diretamente ao titular; (ii) notificar ao CONTROLADOR/CONTRATANTE, imediatamente, caso requisitada; e (iii) cooperar e fornecer todas as informações necessárias para a efetivação dos direitos do titular. Auxiliar o CONTROLADOR/CONTRATANTE a garantir o cumprimento das obrigações relacionadas à segurança do tratamento, Violações de dados pessoais, avaliações de impacto de proteção de dados e plano de resposta à incidentes;

V. Informar o CONTROLADOR/CONTRATANTE imediatamente, a ocorrência de incidente de segurança relativo ao tratamento de dados pessoais que possa acarretar risco ou dano relevante a esses titulares;

VI. Indenizar o CONTROLADOR/CONTRATANTE por quaisquer perdas e danos devidamente apurados e comprovados (incluindo multas, custos ou despesas e desembolsos legais) incorridos pelo OPERADOR/CONTRATADO em decorrência de qualquer violação de Dados Pessoais, nos termos da LGPD, por ato ou omissão em conexão com a execução deste Contrato.

VII. Excluir ou devolver todos os dados pessoais ao CONTROLADOR/CONTRATANTE após o término da prestação dos serviços relacionados ao tratamento, e excluir as cópias existentes, a menos que a lei aplicável exija o armazenamento destes dados.

VIII. Disponibilizar ao CONTROLADOR/CONTRATANTE todas as informações imprescindíveis para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas na LGPD, sempre que necessário.

Paragráfo Quinto

VIGÊNCIA DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato continuará em vigor enquanto o OPERADOR estiver tratando dados pessoais em nome do CONTROLADOR/CONTRATANTE e será regido pela LGPD e demais legislações de proteção de dados pessoais e privacidade, bem como as normas aplicáveis ao negócio das partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1. O presente CONTRATO será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município de Teresina e Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso II, e art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. As partes elegem a Comarca da Teresina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem às partes justas e acordadas, firmam o presente contrato em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Teresina- PI, data da assinatura eletrônica

LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA

PRESIDENTE DA FMS

CONTRATANTE

TÂNIA MARIA SAMPAIO DE ARAÚJO

CENTRO HOSPITALAR E MATERNIDADE SANTA FÉ LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- *Daniele Cristina da Silva Miranda Eulálio, CPF Nº ***.642.***-**;*

2- *Emanuel da Silva Paiva, CPF Nº ***.219. ***-**.*

EXTRATO DO CONTRATO Nº 523/2026; REF. PROCESSO Nº 00045.018343/2024-42; CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE; CNPJ Nº 05.522.917/0001-70. CONTRATADA: CENTRO HOSPITALAR E MATERNIDADE SANTA FÉ LTDA, CNPJ: 07.481.906/0001-14. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTA, EXAMES E CIRURGIAS NAS ESPECIALIDADES ANGIOLOGIA, CARDIOLOGIA, CIRURGIA CARDIOVASCULAR E CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA, A FIM DE ATENDER A DEMANDA ABRANGENDO NEONATOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS EXISTENTE NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS/TERESINA E A DE OUTROS QUE PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE SEJAM REFERENCIADOS, DE FORMA ELETIVA. VALOR: R$ 14.224,80 (QUATORZE MIL, DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS). FUNDAMENTO LEGAL: (CREDENCIAMENTO Nº 045/2026) LEI 14.133/2021, ART. 79, I. DATA DE

ASSINATURA: ___/___/2026. ASSINAM, PELA CONTRATANTE: LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA, E PELA CONTRATADA: TÂNIA MARIA SAMPAIO DE ARAÚJO.

Documento assinado eletronicamente por **TANIA MARIA SAMPAIO DE ARAUJO, Usuário Externo**, em 21/10/2026, às 09:15, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Daniele Cristina da Silva Miranda Eulálio, Chefe de Gerência Executiva**, em 22/10/2026, às 10:16, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Emanuel da Silva Paiva, Auxiliar Administrativo**, em 22/10/2026, às 14:55, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Leopoldina Cipriano Feitosa, Presidente da Fundação Municipal de Saúde**, em 23/10/2026, às 09:02, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0** informando o código verificador **17082671** e o código CRC **A29F4F2C**.

Rua Gov. Artur Vasconcelos, 3015 - Bairro Aeroporto - - CEP 64002-530 - Teresina - PI - http://fms.teresina.pi.gov.br/

ato representado por Marcelo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes, CPF nº 837.994.863-72, doravante denominado DOADOR, e o MUNICÍPIO DE TERESINA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SEMUSP, doravante denominado DONATÁRIO, resolvem celebrar o presente Termo de Doação, mediante as cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto a doação gratuita e definitiva de 02 (dois) cães ao Município de Teresina, destinados ao emprego nas atividades institucionais da Guarda Civil Municipal. ANIMAL 01 - Nome: K9 Sandy; Raça: Pastor-belga-malinois; Sexo: fêmea; Data de nascimento/idade: 03/02/2026; Pelagem: fulvo-encarvoado com máscara preta; Microchip: não possui. ANIMAL 02 - Nome: K9 Valente; Raça: Pastor-belga-malinois; Sexo: macho; Data de nascimento/idade: 20/03/2026; Pelagem: fulvo-encarvoado com máscara preta; Microchip: não possui; CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE: Os animais serão destinados às atividades institucionais da Guarda Civil Municipal de Teresina, de acordo com suas características, aptidão e treinamento. CLÁUSULA TERCEIRA – DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE: A presente doação implica a transferência definitiva da propriedade dos animais ao Município de Teresina, sem qualquer ônus ou contraprestação financeira. CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE: A partir da formalização da doação, caberá ao Município, por intermédio da SEMUSP/ Guarda Civil Municipal, a guarda, alimentação, manutenção, vacinação, assistência médico-veterinária e demais cuidados necessários aos animais. CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA: A entrega dos animais será formalizada mediante assinatura do responsável pelo recebimento, ficando a identificação e as condições dos animais registradas neste instrumento e/ou em documento próprio de entrega e recebimento. E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento. Teresina/PI, 22 de outubro de 2026. DOADOR: CANIL ININGA. Representante: Marcelo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes, CPF/CNPJ:/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SEMUSP. Representante: Roberto Wagner Calixto Torres. Cargo: Secretário da Semusp. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: Thiago Matheus Carvalho de Araújo, Matrícula: 92028, Guarda Civil Municipal.

Administração Indireta

Fundação Municipal de Saúde

ID: 000450436700372026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 308/2025. REF. PROCESSO Nº 00045.037036/2026-16; CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ Nº 05.522.917/0001-70; CONTRATADA: BIO-ONE BRASIL BIOTECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 10.942.372/0003-52. OBJETO: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO DIA 05/11/2026 TENDO COMO TERMO FINAL O DIA 04/11/2027. DATA DA ASSINATURA: 22/10/2026. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ART. 106 E 107 DA LEI Nº 14.133/2021. ASSINAM: PELA CONTRATANTE: LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA E PELA CONTRATADA: FELIPE MARCO OLIVEIRA MAIA.

ID: 000450436700382026

EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 283/2025. REF. PROCESSO SEI Nº 00045.007171/2026-10; CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA - FMS, CNPJ Nº 05.522.917/0001-70; CONTRATADA: MEDFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 11.229.270/0001-95. OBJETO: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 283/2025 (DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90018/2025 - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS), POR INEXECUÇÃO PARCIAL E RETARDAMENTO INJUSTIFICADO DA ENTREGA (NOTA DE EMPENHO Nº 5645/2025). FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGOS 137, INCISO I, E 138, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021. DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026. ASSINA, PELA CONTRATANTE: LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA.

ID: 000450436700392026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 455/2026. REF. PROCESSO Nº 00045.011202/2026-07; CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE; INSCRITA NO CNPJ Nº 05.522.917/0001-70. CONTRATADA: DOM BOSCO HOSPITALAR, CNPJ Nº 35.020.039/0001-55, O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA-PI. VALOR TOTAL R$ 307.397,02 (TREZENTOS E SETE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E DOIS CENTAVOS), REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2026, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00063/2026. FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, ART. 28. DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026. ASSINAM, PELA CONTRATANTE: LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA, E PELA CONTRATADA: JOSÉ ADMILSON DE OLIVEIRA.

ID: 000450436700402026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 518/2026. PROCESSO Nº 00045.056673/2025-22; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2026; ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00069/2026; CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE; INSCRITA NO CNPJ Nº 05.522.917/0001-70 E CONTRATADA: EDUARDO DOS SANTOS LIMA - EDSL, CNPJ Nº 44.165.580/0001-42; OBJETO: OBJETO É A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES (PERMANENTES), DESTINADAS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE VINCULADOS À GAH/DAE E GSM/DAE. VALOR DE R$ 75.306,00 (SETENTA E CINCO MIL TREZENTOS E SEIS REAIS). FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021. DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026. ASSINAM, PELA CONTRATANTE: LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA; E PELA CONTRATADA: EDUARDO DOS SANTOS LIMA.

ID: 000450436700412026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 519/2026. PROCESSO Nº 00045.056673/2025-22; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2026; ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00069/2026; CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE; INSCRITA NO CNPJ Nº 05.522.917/0001-70 E CONTRATADA: GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, CNPJ Nº 01.545.179/0001-25; OBJETO: É A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES (PERMANENTES), DESTINADAS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE VINCULADOS À GAH/DAE E GSM/DAE. VALOR DE R$ 1.815.550,00 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E QUINZE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS). FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021. DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026. ASSINAM, PELA CONTRATANTE: LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA; E PELA CONTRATADA: JORGE LUIZ ULISSES DE MIRANDA SOARES FILHO.

ID: 000450436700422026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 522/2026. REF. PROCESSO Nº 00045.018343/2024-42; CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE; CNPJ Nº 05.522.917/0001-70. CONTRATADA: CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE IRMÃ DULCE LTDA - CISID, CNPJ: 49.754.388/0001-05. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTA, EXAMES E CIRURGIAS NAS ESPECIALIDADES ANGIOLOGIA, CARDIOLOGIA, CIRURGIA CARDIOVASCULAR E CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA, A FIM DE ATENDER A DEMANDA, ABRANGENDO NEONATOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS, EXISTENTE NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS/ TERESINA E A DE OUTROS QUE PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE SEJAM REFERENCIADOS, DE FORMA ELETIVA. VALOR: R$ 14.224,80 (QUATORZE MIL, DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS). FUNDAMENTO LEGAL: (CREDENCIAMENTO Nº 045/2026) LEI 14.133/2021, ART. 79, I. DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026. ASSINAM, PELA CONTRATANTE: LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA, E PELA CONTRATADA: TÂNIA MARIA SAMPAIO DE ARAÚJO.

ID: 000450436700432026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 523/2026. REF. PROCESSO Nº 00045.018343/2024-42; CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE; CNPJ Nº 05.522.917/0001-70. CONTRATADA: CENTRO HOSPITALAR E MATERNIDADE SANTA FÉ LTDA, CNPJ: 07.481.906/0001-14. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTA, EXAMES E CIRURGIAS NAS ESPECIALIDADES ANGIOLOGIA, CARDIOLOGIA, CIRURGIA CARDIOVASCULAR E CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA, A FIM DE ATENDER A DEMANDA, ABRAN-

GENDO NEONATOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS, EXISTENTE NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS/TERESINA E A DE OUTROS QUE PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE SEJAM REFERENCIADOS, DE FORMA ELETIVA. VALOR: R$ 14.224,80 (QUATORZE MIL, DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS). FUNDAMENTO LEGAL: (CREDENCIAMENTO Nº 045/2026) LEI 14.133/2021, ART. 79, I. DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026. ASSINAM, PELA CONTRATANTE: LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA, E PELA CONTRATADA: TÂNIA MARIA SAMPAIO DE ARAÚJO.

ID: 000450436700442026

EDITAL DE CITAÇÃO CPPAD Nº 06/2026. O presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD, constituída pelas Portarias nº 04/2026, nº 165/2026 e 420/2026, respectivamente publicadas no DOM, de 08 de janeiro de 2026, 31 de março de 2026 e 03 de setembro de 2026, designada para atuar no processo nº 00045.004906/2020-73, instaurado por intermédio da Portaria CPPAD nº 53/2026, publicada no DOM- Teresina nº 4.225 de 27 de março de 2026, FAZ SABER, que por se encontrar em local incerto e não sabido, fica CITADA, pela terceira vez, a servidora ANA RITA GONCALVES MELO, matrícula: 76615, cargo: Médico 24h, Especialidade: Clínico Urgentista, lotação: Upa Renascença, para querendo, apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar desta publicação. Informa-se que os autos do referido processo administrativo encontram-se à disposição para vistas e/ou obtenção de cópias na sede da Fundação Municipal de Saúde-FMS, situada à Rua Governador Arthur de Vasconcelos, 3015, Aeroporto- CEP: 64.025-530, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h. Faculta-se a citada o direito de arrolar testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos, em caso de prova pericial. Na hipótese de requerimento de prova testemunhal, deverá ser apresentado rol de testemunhas, acompanhado de breve justificativa quanto à pertinência de cada oitiva, contendo, sempre que possível, o nome completo, cargo ou ocupação, endereço residencial e/ou profissional e telefone para contato. Eventuais dúvidas ou dificuldades poderão ser sanadas por meio de atendimento presencial, pelo WhatsApp 86-99440-8629 ou pelo e-mail: assessoriajuridicadrhfms@gmail.com. Teresina-PI, 21 de outubro de 2026. ISAAC DIÊGO MELO DA SILVA, OAB/PI nº 9.073, Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar.

ID: 000450436700452026

EDITAL DE CITAÇÃO CPPAD Nº 07/2026. O presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD, constituída pelas Portarias nº 04/2026, nº 165/2026 e 420/2026, respectivamente publicadas no DOM, de 08 de janeiro de 2026, 31 de março de 2026 e 03 de setembro de 2026, designada para atuar no processo nº 00045.016561/2024-44, instaurado por intermédio da Portaria CPPAD nº 86/2025, publicada no DOM- Teresina nº 4.099 de 16 de setembro de 2025, FAZ SABER, que por se encontrar em local incerto e não sabido, fica CITADA, pela terceira vez, a servidora VANESSA DE SOUSA LOPES, matrícula: 83022, cargo: Assistente Técnico de Saúde, Especialidade: Técnico em Enfermagem, lotação: Hospital da Primavera, para querendo, apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar desta publicação. Informa-se que os autos do referido processo administrativo encontram-se à disposição para vistas e/ou obtenção de cópias na sede da Fundação Municipal de Saúde-FMS, situada à Rua Governador Arthur de Vasconcelos, 3015, Aeroporto- CEP: 64.025-530, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h. Ressalta-se, ainda, que foi concedido acesso externo a servidora, por meio do e-mail: Vsousalopes01@gmail.com, possibilitando o acompanhamento do processo de forma remota, pessoalmente ou por intermédio de procurador, nos termos do art. 169 da Lei nº 2.138/92. Faculta-se a citada o direito de arrolar testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos, em caso de prova pericial. Na hipótese de requerimento de prova testemunhal, deverá ser apresentado rol de testemunhas, acompanhado de breve justificativa quanto à pertinência de cada oitiva, contendo, sempre que possível, o nome completo, cargo ou ocupação, endereço residencial e/ou profissional e telefone para contato. Eventuais dúvidas ou dificuldades poderão ser sanadas por meio de atendimento presencial, pelo WhatsApp 86-99440-8629 ou pelo e-mail: assessoriajuridicadrhfms@gmail.com. Teresina-PI, 21 de outubro de 2026. ISAAC DIÊGO MELO DA SILVA, OAB/PI nº 9.073, Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar.

ID: 000450436700462026

TERMO DE REVELIA CPPAD/FMS 11/2026. Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designado pela Presidente da Fundação Municipal de Saúde – FMS, por meio da Portaria nº 420/2026, de 02 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial do Município nº 4.334, de 03 de setembro de 2026, e tendo em vista o disposto no artigo 166 da Lei Municipal nº 2.138/1992, de 21/07/1992, declaro a REVELIA da servidora R. M. O. S. M, matrícula: 111955, cargo Técnico Nível Superior Administrativo, Especialidade: Advogado, constante nos autos do Processo Administrativo 00045.012146/2025-33. Conforme consta dos autos, a servidora foi regularmente citada para acompanhar os presentes autos, tendo sido realizadas sucessivas tentativas de sua cientificação, em observância ao disposto no art. 165, caput, da Lei Municipal nº 2.138/1992. As tentativas ocorreram nas datas de 09/04/2025, 24/06/2025, 23/04/2026, mediante tentativa de entrega no endereço residencial constante de sua ficha funcional, a qual restou infrutífera, uma vez que houve recusa de recebimento no endereço residencial e envio ao seu local de trabalho, com registro de recebimento por outra pessoa. Esgotados todos os meios para sua localização e cientificação, procedeu-se à citação por edital na data de 25/09/2026, conforme comprovam os documentos de IDs 11940243, 12533504, 15148383, 16835155. Não obstante as diversas tentativas de citação, regularmente promovidas, a servidora deixou de comparecer para, pessoalmente ou por intermédio de seu procurador legalmente constituído, acompanhar o processo administrativo disciplinar, exercendo amplamente o seu direito de defesa e contraditório e apresentar defesa dentro dos prazos legais estabelecidos na legislação pertinente. Teresina, 22 de outubro de 2026. ISAAC DIEGO MELO DA SILVA, Presidente da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo (CPIA/FMS), OAB/PI nº 9.073.

ID: 000450436700472026

PORTARIA DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA 79/2026 - DCP-FMS. Teresina, 14 de outubro de 2026.Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas à empresa MEDFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA., em razão de descumprimento contratual, e dá outras providências. A DIRETORIA DE COMPRAS PÚBLICAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA – DCP/FMS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria FMS nº 55/2026, e com fundamento nos arts. 155, inciso VII, e 156, incisos II e III, §§ 3º, 4º e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 28.797/2026 e nas disposições do Contrato Administrativo nº 091/2025;CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 00045.009105/2026-75, instaurado para apurar o descumprimento de obrigações contratuais pela empresa MEDFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ nº 11.229.270/0001-95;CONSIDERANDO a ausência de entrega de 1.000 (mil) frascos-ampola do medicamento Colistimetato de Sódio (Polimixina E) 1.000.000 UI, objeto da Nota de Empenho nº 6245/2025, no valor de R$ 17.910,00 (dezessete mil, novecentos e dez reais), vinculada ao Contrato Administrativo nº 091/2025;CONSIDERANDO que a contratada, embora regularmente notificada pelo setor demandante e pela Comissão Processante Permanente de Apuração de Responsabilidade – CPPAR, deixou de cumprir a obrigação contratual, não apresentando justificativa ou defesa prévia no procedimento administrativo; CONSIDERANDO que foram assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa, em observância ao art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Processante Permanente de Apuração de Responsabilidade – CPPAR (SEI nº 16684742), que concluiu pela configuração de infração administrativa decorrente do retardamento injustificado da execução contratual e recomendou a aplicação cumulativa de impedimento de licitar e contratar e multa compensatória; CONSIDERANDO o Despacho nº 252/2026 – CPPAR-DCP-FMS (SEI nº 16692550), que encaminhou os autos à Diretoria de Compras Públicas para apreciação e julgamento; CONSIDERANDO, por fim, a Decisão Administrativa da Diretoria de Compras Públicas (SEI nº 17046181), que acolheu as conclusões da Comissão Processante e reconheceu a responsabilidade administrativa da contratada; RESOLVE: Art. 1º Aplicar à empresa MEDFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ nº 11.229.270/0001-95, a sanção administrativa de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Município de Teresina, pelo prazo de 2 (dois) meses, em razão do retardamento injustificado da execução da obrigação decorrente da Nota de Empenho nº 6245/2025, vinculada ao Contrato Administrativo nº 091/2025.Parágrafo único. A penalidade prevista no caput fundamenta-se no art. 155, inciso VII, c/c art. 156, inciso III e §